

SONDAGEM SST

Dirigentes de entidades e formadores de opinião traçam um panorama do setor e apontam prioridades e tendências para a melhoria das condições de trabalho no Brasil

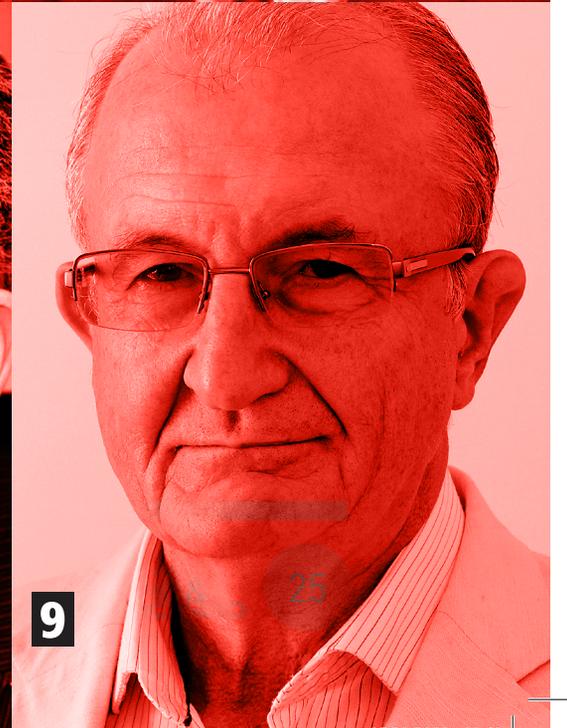
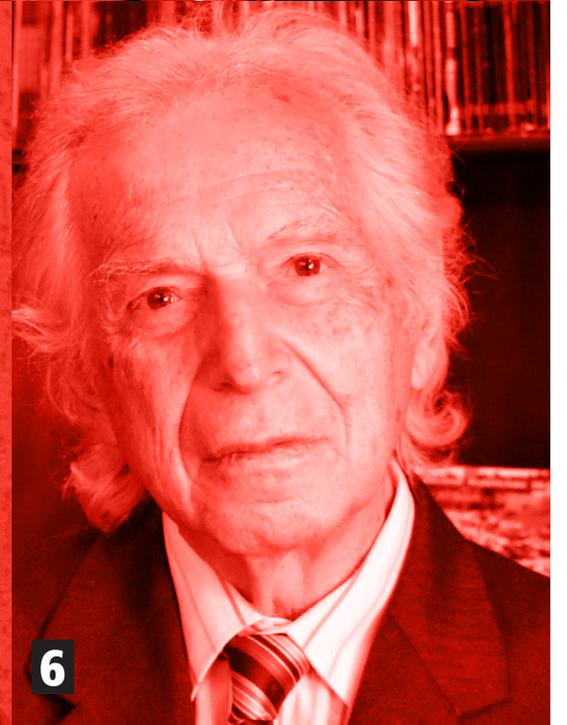
Apresentamos nas páginas a seguir uma sondagem realizada junto a dirigentes de entidades e formadores de opinião da área de segurança e saúde do trabalho (SST), realizada com o objetivo de traçar um panorama do setor, incluindo a identificação de prioridades e tendências e a análise dos avanços e eventuais retrocessos do ponto de vista técnico, normativo-legal e institucional, além de registrar as preocupações e as ações mais urgentes na visão dos entrevistados.

As fontes ouvidas pela reportagem ponderam que, mesmo considerando os esforços em prover um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, os índices de acidentes ocupacionais e mortes ainda continuam críticos no Brasil. Segundo dados do Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho, em 2022 foram apurados 612,9 mil acidentes e 2.538 óbitos entre os trabalhadores com carteira assinada. A mortalidade no mercado formal voltou a apresentar a maior taxa dos últimos dez anos: uma média de 7 notificações a cada 100 mil vínculos empregatícios.

Sobre a capacitação técnica dos prevenционistas, os especialistas insistem na importância de os profissionais investirem continuamente na atualização de conhecimentos, dominarem bem a atividade da empresa onde atuam, serem proativos na identificação de riscos, aprenderem a usar novas tecnologias e desenvolverem habilidades sociais para interagir com

os trabalhadores, especialmente considerando-se as novas relações trabalhistas e o aumento dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Para fazer este levantamento, entrevistamos **(1) Armando Henrique**, presidente de Associação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho (Anatest); **(2) Arthur Motta**, psiquiatra, médico do Trabalho e consultor de empresas; **(3) Benvenuto Gonçalves**, presidente da Associação Nacional dos Engenheiros de Segurança do Trabalho (Anest); **(4) Francisco Cortes Fernandes**, presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt); **(5) João Scaboli**, vice-presidente do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambiente de Trabalho (Diesat), e membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS) pela Força Sindical; **(6) Leonídio Ribeiro**, presidente da Organização Brasileira das Entidades de Segurança e Saúde no Trabalho e do Meio Ambiente (OBEEST) e da Associação Interdisciplinar de Saúde Ocupacional e de Higiene do México – Escritório Brasil (AISOHMEX-BR); **(7) Luiz Carlos de Miranda Jr.**, presidente da Associação Brasileira de Higiene Ocupacional (ABHO); **(8) Raul Casanova Jr.**, diretor-executivo da Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho (Animaseg) e **(9) Remígio Todeschini**, diretor de Conhecimento e Tecnologia da Fundacentro. Acompanhe!



Quais os mais recentes avanços e eventuais retrocessos do ponto de vista técnico, normativo-legal e institucional experimentados pelo setor de SST no Brasil?

Armando Henrique - A grande mudança foi o pacote de revisão das normas, pois quase todas que foram reformuladas deram um salto e impactaram o setor. Podemos citar a Norma Regulamentadora nº 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), que proporcionou um impacto em todas as outras NRs. Do ponto de vista técnico não vejo retrocessos, mas acho que politicamente, nos governos anteriores, tivemos mais questões ideológicas e que não abarcavam o pensamento técnico que a SST exige. Hoje já é bem diferente, e isso não é um elogio, mas uma constatação de que os times, inclusive nosso trabalho na Anatest, e o governo, estão discutindo e observando mais tecnicamente as normas. Antes, por conta dessa turbulência política, até cogitou-se acabar com 90% das normas, o que não aconteceu. Pelo contrário, elas até aumentaram e se modernizaram.

Arthur Motta – Tivemos avanços com a atualização das normas regulamentadoras, como a NR-1, que passou a exigir que as empresas criassem um Gerenciamento de Riscos Ocupacionais que antes não existiam. Outro fator importante foi a eliminação do PPRA e a criação do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos para substituí-lo. Minha ressalva quanto aos últimos anos é que apesar das empresas terem seguido as orientações de cuidados com a saúde, a área de SST está atuando de forma semelhante aos últimos 40 anos. Houve mudanças significativas em todo este período em termos de tecnologia e sociedade, com isso o enfoque das atividades na área de SST não pode ser eminentemente técnica e, sim, holística, dando ênfase

também aos aspectos psicológicos, sociológicos, cooperativista e outros. Além disso, mesmo diante do cenário pós-pandemia muito pouco foi feito em termos de gestão em saúde mental dos trabalhadores. Existe a intenção do governo de disponibilizar uma nova NR voltada para a prevenção de transtornos mentais dos trabalhadores, mas até o momento, não existe nada de fato. Algumas empresas, preocupadas com os afastamentos do trabalho por transtornos mentais, têm organizado grupos e comitês de trabalho para esse enfrentamento, contratando especialistas para ajudá-los.

Benvenuto Gonçalves – Sobre os avanços, destaco primeiro, o PGR e o GRO, conforme as normas ISO 45001 e 31010, com foco em riscos e o trabalhador, muitas pertencentes às Políticas do Plano Estratégico das organizações. Em segundo, o e-Social feito para os trabalhadores, por meio do qual a visibilidade de cada um quanto aos seus direitos podem ser apreciadas a cada momento. E, em terceiro, a presença não só da legislação Trabalhista, mas agora com a atuação mais plena tanto da legislação Previdenciária quanto da Tributária. Ainda assim, são avanços tímidos e insuficientes para diminuir drasticamente os infortúnios no ambiente de trabalho.

João Scaboli - Nesses seis meses, os avanços mais significativos sob esses pontos, experimentados pelo setor de SST, são as reestruturações do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social. São estruturas importantes que, em conjunto com o Ministério da Saúde, têm a responsabilidade, no âmbito de autarquias Federais, a dar respostas com ações de fiscalização, promoção e prevenção para a violência do mundo do trabalho! Outro avanço neste período é o caminho que já foi iniciado para abertura de concursos para Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs), área na qual há um déficit de +/- 50% para atender a demanda do setor, bem como o fortalecimento da Fundacentro, que é um órgão importante no que compete às ações de promoção e prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

Francisco Fernandes – A criação do PGR e as melhorias na parte do PCMSO são os avanços que destacamos para a SST e, conseqüentemente, a Medicina do Trabalho. O PGR é considerado um

marco regulador na Medicina do Trabalho porque é uma ferramenta de avaliação de risco que tornou mais clara a aferição dos mesmos. E o PCMSO, por sua vez, trouxe mais regramento em relação aos exames médicos, entre outras melhorias, como a do relatório anual, proporcionando mais ferramentas para o médico do trabalho captar dados e, com isso, começar a gerenciar de forma mais efetiva e adequada a questão de saúde ocupacional dos trabalhadores. Em termos de retrocessos existe a proposta de uma emenda para que sejam retirados os exames ocupacionais em certos grupos de trabalhadores, sob a justificativa de redução de custos, mas vejo que a curto prazo pode até reduzir despesas, mas a médio e longos prazos, seguramente vai aumentar os custos da empresa, uma vez que serão contratados trabalhadores sem nenhuma avaliação médica incidindo em problemas futuros caso venham a apresentar alguma patologia grave. Outro ponto que temos alertado é quanto à questão da terceirização do SESMT, que vai precarizar os serviços, muitas vezes já precarizados, na Segurança e Medicina do Trabalho.

Leonídio Ribeiro - O avanço mais significativo ocorreu em março de 2020 com a Portaria SEPRT nº 6.730, que revisou a NR-1 e estabeleceu um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho. No entanto, em vez de basear-se no sistema de gestão discutido em 2001 pelo Instituto Nacional de Segurança no Trabalho (INST), da CUT, e na norma ABNT NBR-18801/2010, que envolveu um grupo multidisciplinar e refletiu melhor a realidade do Brasil, a NR-1 foi fundamentada principalmente na ISO 45001/2018, que teve pouca participação da América Latina, incluindo o Brasil. O problema é que a NR-1 não atende adequadamente às necessidades das organizações, levando em consideração sua dimensão, natureza das atividades, infraestrutura e níveis de risco. Além disso, existem dúvidas na interpretação de termos como "risco e perigo", "evento perigoso", "perigo" e "risco ocupacional" (NR-1) e "perigo" e "risco" (NR-10), conforme apontam diversos especialistas. Considero que o principal retrocesso foi dar mais importância à abordagem acadêmica e à graduação da severidade das lesões com base no número de trabalhadores e nas consequências, em vez de valorizar o conhecimento prático do trabalhador, sua percepção e seu comprometimento com atitudes adequadas no dia a dia.

Luiz Carlos de Miranda Jr. – Em 2023, avalio que não houve alterações significativas nos avanços regulamentares do setor, no entanto, em janeiro de 2022, ocorreu uma importante mudança na NR-1, com a criação do PGR/GRO. Essa alteração teve um impacto notável, especialmente no campo da Higiene Ocupacional, afetando, de fato, todas as empresas. A partir dessa mudança, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), previsto anteriormente na NR-9, foi encerrado e seu modelo foi incorporado à NR-1, com a implementação do PGR, que abrangeu não apenas os riscos ambientais, que eram previstos pelo PPRA (incluindo os riscos físicos, químicos e biológicos), mas também todos os outros riscos aos quais os trabalhadores podem estar expostos. Isso inclui os riscos mecânicos e ergonômicos. Sob essa perspectiva, foi estabelecido um único programa abrangente que considera todos os fatores que possam representar riscos à saúde e à integridade física dos trabalhadores. Essa alteração promoveu uma abordagem mais holística e eficaz no campo da segurança ocupacional, unificando e simplificando os esforços de gerenciamento de riscos nas empresas. No momento, as adaptações e modificações estão em andamento. No âmbito da Higiene Ocupacional, uma grande expectativa está voltada para as mudanças e a introdução de novos anexos na NR-9, que agora abrange riscos ambientais, estabelecendo disposições para profissionais atuantes em SST, bem como higienistas ocupacionais. Esses parâmetros desempenharão um papel fundamental na avaliação ambiental. Por isso, destaco a expectativa da Higiene Ocupacional em relação ao Anexo referente a produtos químicos e riscos químicos, atualmente em discussão no modelo tripartite.

Raul Casanova - O maior avanço experimentado pelo setor foi a publicação da Portaria 672 que, no meu entendimento, vai, a médio prazo, alterar todo o sistema de certificação tornando-o mais robusto e confiável, gerando, portanto, um melhor EPI para a proteção do trabalhador. O novo sistema classifica os EPIs por riscos e adequam às regras de certificação para a gravidade que os mesmos evitam ou mitigam. Essa mudança retira o Inmetro do controle do processo, mas o mantém como acreditador de Organismos de Certificação de Produtos (OCPs) e laboratórios, desta forma agiliza o processo de certificação, ao mesmo

Especial

tempo em que o qualifica. As alterações da referida Portaria são fruto de um trabalho realizado por todas as partes nos últimos 10 anos. Outro avanço que cabe nota é a revisão da NR-6, que integrou diversos entendimentos já levantados desde sua última revisão há 20 anos, mas que não estavam na NR. Somente como exemplo, destaco a possibilidade do fabricante adaptar seu EPI às pessoas com necessidades especiais, sem a necessidade de solicitar outro CA, medida que integra esses trabalhadores ao mercado de trabalho. Cito, também, os entendimentos sobre validade e vida útil que foram integradas à esta Norma Regulamentadora.

Remígio Todeschini - Nós assistimos um grande retrocesso no período de todo o governo anterior, com a falácia do discurso neoliberal da modernização das NRs, retirando obrigações essenciais para a saúde e segurança dos trabalhadores. Vincular revisão de normas em nome da ideologia neoliberal, é retroceder de forma a favorecer a volta da acidentalidade e doenças do trabalho. A NR-1, por exemplo, torna a CIPA passiva, e desobriga pequenas empresas de terem exames periódicos anuais, por exemplo. O desafio do novo governo é aperfeiçoar principalmente as NRs existentes através do diálogo social da CTPP (Comissão Tripartite).

Quais os temas prioritários a serem enfrentados pelo setor nos próximos meses e ao longo de 2024 ou dos próximos anos? Quais suas relevâncias e possíveis soluções ou estratégias a serem adotadas para enfrentar esses temas prioritários?



Armando Henrique - Para os próximos meses, as discussões presentes nas mesas temáticas prosseguem como um grande desafio para se chegar a um consenso. E para tirarmos todas essas discussões do papel é preciso um pacto do setor. Observo que o setor de SST ainda está muito desarranjado. É preciso que todos os envolvidos, o setor empresarial e os próprios trabalhadores, conversem e cheguem a um denominador comum sobre quem vai fazer, como vai fazer e aonde querem chegar. Outro ponto que não podemos deixar de fora é a tecnologia, tão presente atualmente, e se faz necessário que esses avanços sejam ao nosso favor. Um exemplo é o eSocial, antes visto com tamanha desconfiança e hoje todas as empresas sabem que auxilia muito em vários aspectos, como contra o conflito de informações. No preenchimento manual, o que mais se gerava eram erros, que consequentemente tornavam-se passivos e processos às empresas e problemas aos trabalhadores. Claro que o sistema também teve alguns retrocessos quanto ao seu conteúdo, mas é inegável a importância dele. Já sobre 2024, também espero mudanças no próprio Ministério do Trabalho e Emprego, com mais participação como está acontecendo na Economia. Do mesmo modo que temos o mecanismo de eSocial, espero que o MTE disponha de mudanças dentro do que já existe, com mais participação de SST no sistema, ou que crie o seu próprio mecanismo para melhor proteger o setor.

Arthur Motta - Os temas estão relacionados com melhores treinamentos e preparação das chefias, gerências e supervisão dos trabalhos. Destaco que devemos melhorar enfoque de cooperação entre os membros das equipes; reduzir concorrência e aumentar



colaboração; trabalho nos riscos psicossociais com atuação direta do encarregados de equipes; e atuação direta de Psicólogos para acolhimento. A empresa tem que ter uma cultura de SST efetiva e não do tipo “faz de conta”, cultivanda-a em toda sua estrutura. Dentro do vasto tema de saúde mental e suas relações com o trabalho, penso que o teletrabalho, o *home office* e o grande número de atividades realizadas através de aplicativos, serão os temas que merecerão mais atenção. Igualmente para a Síndrome de Burnout e seus conceitos, para a qual as manifestações e gestão trarão novas discussões para os profissionais do setor.

Benvenuto Gonçalves - Diante das mudanças atuais que envolvem tantas partes interessadas, como trabalhadores, comunidades, governo, consumidores, mercado de capitais etc, o maior desafio é o conhecimento como tema prioritário. Estamos falando da *expertise* necessária dos profissionais já atuantes, como também da formação dos diversos profissionais prevencionistas. Fundamental, por exemplo, é o pleno conhecimento das legislações Previdenciária e Tributária. Estas, junto com a Trabalhista, estão dentro do eSocial, prontas para agir com o auxílio da inteligência artificial. Considero ainda importante fortalecer a Fundacentro, realizar concurso público para os Auditores Fiscais do Trabalho, promover a interação do Sistema Confea/Crea e o MEC, e criar mecanismos de interação e integração da Comissão Tripartite com as Entidades de SST.

Francisco Fernandes – A pandemia trouxe aprendizados e experimentações em relação ao *home office*, com muitas empresas adotando essa modalidade, ou pelo menos parcialmente. O retorno ao escritório tem sofrido resistência dos colaboradores, porém, a avaliação dos riscos do trabalho remoto fica comprometida, uma vez que não há informações sobre móveis e equipamentos utilizados. É crucial estabelecer uma metodologia de avaliação para lidar com queixas relacionadas a problemas físicos, como dor no ombro, braço ou coluna, sem compreender a relação causal. Outra questão prioritária trata-se da avaliação e a comprovação do nexo entre doenças mentais e assédio moral, que precisam ser tratadas com metodologias sólidas, para que seja possível realizar uma avaliação adequada desses casos. É importante destacar

também a situação dos trabalhadores informais, que representam cerca de 40 a 45 milhões de pessoas no Brasil, que não recebem uma avaliação adequada, uma vez que não são reconhecidos como trabalhadores pela legislação. A precarização do trabalho dessas pessoas é uma realidade negligenciada, e é necessário discutir soluções e orientações para essa situação. Os legisladores precisam se preocupar com esses trabalhadores e fornecer assistência adequada. Como Médicos do Trabalho, não temos conhecimento nem atendemos essas pessoas, o que reforça a importância de abordar essa questão no âmbito da SST.

João Scaboli - Avalio que os temas prioritários envolvem a implementação das políticas públicas de saúde e segurança no trabalho (PNSST) e saúde do trabalhador e da trabalhadora (PNSTT), ambas foram instituídas há mais de 10 anos e ainda não foram implementadas. Essas políticas têm como diretriz a atuação conjunta e articulada de diversas estruturas de estado na Fiscalização, Promoção e Prevenção e não somente o “olhar” do Ministério Trabalho para a temática de saúde dos trabalhadores, uma vez que o trabalho formal representa hoje menos de 50% da mão de obra ativa no País, portanto é necessária a atuação dos diversos setores do estado para que todos os trabalhadores, independente da sua forma de contrato de trabalho, recebam atenção. Em especial, destaco aqui o papel do Ministério da Saúde, que através do SUS, é a principal porta de entrada dos acidentes e doenças do trabalho e está presente em todo território nacional.

Leonídio Ribeiro - Priorizar a SST requer estratégias eficazes para incorporá-la rapidamente como um valor essencial. Isso depende da capacitação dos profissionais da área para integrá-la nos processos empresariais. O cumprimento das leis e regulamentos de SST é responsabilidade do empregador, que deve demonstrar liderança e comprometimento. Para isso, é necessário estabelecer um sistema de gestão da SST com elementos-chave, incluindo política, organização, planejamento, implementação, avaliação e ação para melhorar as condições de trabalho. Considero que a SST deve ser vista como um investimento contínuo nos próximos anos. Após mais de 50 anos de experiência nesta área, acredito, assim como muitos profissionais do setor, que é fundamental que esses especialistas mantenham uma visão empresarial.

Especial

Isso significa adotar ações que impactem positivamente na produtividade, uma preocupação crescente para os empresários. Isso requer o uso de ferramentas de planejamento estratégico que estabeleçam indicadores de desempenho em áreas como aspectos sociais, financeiros, atendimento ao cliente interno e externo, processos internos, treinamento, segurança e procedimentos operacionais. Para abordar a prevenção de forma estratégica, é crucial que os cursos de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, por exemplo, incluam essa perspectiva. Esses cursos devem promover o pensamento empresarial, mantendo o foco na integridade e saúde dos trabalhadores. Os profissionais de SST precisam agir com urgência, adotando as seguintes medidas: alinhar os programas preventivos com a estratégia organizacional; estabelecer objetivos estratégicos para promover a SST como um valor; identificar os fatores preventivos que impactam na produtividade; definir indicadores-chave de desempenho para avaliar o sucesso dos programas; e priorizar ações essenciais para a prevenção de riscos, entre outras ferramentas.

Luiz Carlos de Miranda Jr. – Na área de Higiene Ocupacional, temos expectativas em relação à possível complementação dos anexos da NR-9. Atualmente, os anexos existentes abordam aspectos como vibração e calor, mas a necessidade de esclarecimentos mais detalhados em relação aos riscos químicos e ao ruído tem levado aos profissionais da área a almejar os anexos específicos da NR-9 para esses itens. Atualmente, para obter orientações sobre esses aspectos, é necessário recorrer à NR-15, que trata da questão da insalubridade. A expectativa com a introdução desses anexos complementares é que eles estabeleçam parâmetros mais rigorosos, priorizando a busca por ambientes de trabalho salubres, em contraposição à preocupação com a insalubridade, que permanece sob os auspícios da NR-15. No que diz respeito ao ruído, em particular, esperamos a definição de parâmetros mais restritivos para o seu controle nos ambientes de trabalho. Existe também a proposta de que a NR-9, por exemplo, seja reportada à NHO 01 da Fundacentro, uma referência reconhecida em Higiene Ocupacional, a fim de aprimorar a avaliação e prevenção dos riscos auditivos. Sendo assim, aguardamos as atualizações das NR-9 e 15 para abordar essas questões de maneira mais abrangente e

alinhada com as melhores práticas internacionais. Além disso, a comunidade também aguarda melhorias na NR-10, que trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. As atualizações são vistas cruciais para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente.

Raul Casanova - Entendo que temos cinco temas prioritários neste momento: a) a própria implantação desse novo sistema de certificação (Portaria 672) e sua ampliação para todos os EPIs (hoje ainda somente para 6 linhas de EPIs) vai exigir um esforço técnico e financeiro de todas as partes, principalmente dos fabricantes; b) a fiscalização do mercado para evitar que sejam comercializados EPIs que não atendem às Normas Técnicas que o geraram, e o controle da entrada de produtos de baixa qualidade provenientes de todo o mundo, concorrendo com os produtos nacionais; c) ampliação do mercado de EPIs para todos os trabalhadores brasileiros; d) aumentar a mentalidade exportadora dos fabricantes brasileiros e; e) a adequação de todo o setor às exigências do ESG e o atendimento dos objetivos da ONU para 2030.

Remígio Todeschini - Temos, no Brasil, 1.300 atividades econômicas e cada uma delas apresentando riscos específicos. Além disso, convivemos com problemas da 1ª Revolução Industrial, com máquinas obsoletas e sem proteção, até os novos problemas dos nanomateriais, que ainda não conhecemos seus efeitos e precisamos de ter precaução. As novas formas de trabalho, através de plataformas digitais, exigem que haja algum tipo de proteção regulamentadora de limitação de jornada, remuneração mínima e, principalmente, de medidas de proteção no trânsito urgentes, pois os acidentes de trânsito são os que mais crescem no Brasil e mundo. No campo de Pesquisa e Educação, no caso da Fundacentro, os temas dos acidentes típicos continuam em relevância, os casos de LER/DORT, as doenças mentais, devido o assédio permanente e a cobrança de metas, o conhecimento mais detalhado das novas tecnologias e os nanomateriais. E, para tudo isso, é preciso ter um forte programa de formação e capacitação de profissionais de SST. Agora, é fundamental no campo de formação incentivar e estimular um trabalho maior das CIPAS, e o diálogo social permanente entre patrões e trabalhadores, principalmente aperfeiçoando as cláusulas sobre SST.

Quais são as questões e os projetos prioritários para vocês no momento e quais devem ser enfrentados no futuro próximo e seus desafios?

Armando Henrique – Na Anatest, nosso foco é suprir algumas lacunas presentes na SST, sabemos que não conseguiremos salvar tudo, mas temos noção que podemos melhorar o setor por meio de boas práticas, enaltecendo bons exemplos, como as ações da Animaseg, que realiza um prêmio anual embasado em uma avaliação não apenas por critérios técnicos, mas também por exemplos de responsabilidade social das empresas que são contempladas. A área prevencionista precisa ter como mantra essa busca pelas melhores práticas, os bons resultados, não para só “encher a bola” das empresas que seguem esses critérios, mas porque esses exemplos são importantes para motivar outras organizações a segui-los. Recentemente, a Anatest lançou 13 pilares conjunturais para uma melhor gestão do setor prevencionista, que não são engessados e dão várias possibilidades para que o setor possa se encorajar e aprimorar, considerando sempre a questão tecnológica para esses avanços.

Arthur Motta - O principal desafio é o entendimento por parte das empresas de que o homem (trabalhador) constitui o seu principal ativo e que em consequência, devem ter a atenção de vida, estruturando programas de prevenção dos transtornos mentais relacionados ou não com o trabalho, prevenção no uso de substâncias psicoativas, prevenção dos acidentes do trabalho que tem ênfase nas tensões e estressores oriundos do trabalho, das questões familiares, sociais e os próprios conflitos íntimos presentes em cada um.

Benvenuto Gonçalves - A ANEST, junto com as suas 26 associações estaduais filiadas, vem buscando parcerias com várias entidades, instituições de ensino, órgãos governamentais, OIT, entre outras organizações

Internacionais, além da aproximação com os ministérios brasileiros, para compartilhar experiências e ampliar as boas práticas. Também visamos aumentar o número de profissionais Engenheiros de Segurança do Trabalho nos Plenários dos CREAs.

Francisco Fernandes - A atuação do Médico do Trabalho na atenção primária à saúde do trabalhador é crucial e consideramos essencial que as empresas se adequem às necessidades de profissionais da categoria para atendimentos dessa natureza, pois apenas seguir as regras legais não é suficiente para que eles lidem com todas as demandas. Algumas empresas brasileiras estão adotando o atendimento primário à saúde do trabalhador, diminuindo consideravelmente os custos dos planos de saúde. Esse tipo de atuação é importante e possui um bom retorno financeiro com a diminuição dos gastos com planos de saúde, por exemplo. Sabemos que a atenção primária à saúde não é tão trabalhada como deveria. Por exemplo, um exame bianual de hemoglobina glicada em diabéticos e a medição da pressão arterial duas vezes por ano em hipertensos são ações simples, mas 95% dos municípios não alcançam essas metas. Portanto, é importante que os Médicos do Trabalho, que atendem 40 milhões de trabalhadores, alinhem seus indicadores com as metas de atenção primária à saúde. No exame ocupacional anual, é possível medir a pressão arterial e solicitar uma hemoglobina glicada, ação que não gera grandes custos. É mais fácil avaliar diabéticos e hipertensos na empresa do que esperar que eles procurem atendimento médico. Avaliar com mais frequência esses pacientes, acompanhando se estão tomando os medicamentos corretamente, é uma tarefa que pode ser realizada por auxiliares de Enfermagem do Trabalho, por exemplo. Estamos revisando as recomendações da Anamt e realizando diretrizes para a atuação da Medicina do Trabalho também no enfrentamento de problemas relacionados à saúde mental.

João Scaboli - As questões mais prioritárias para a área no momento são de implementar as ações de fiscalização, promoção e prevenção aos trabalhadores invisíveis, uberizados, terceirizados e informais. Pois é diante dessa condição precária nas relações de trabalho que também se identifica as mais inseguras condições e organização de trabalho, gerando assim um alto

Especial

índice de acidentes graves e doenças do trabalho. Há, sem dúvida, um grande desafio que é o fiscalizar e cuidar da saúde e segurança dos servidores públicos nas três esferas de governo, pois como os dados de acidentes e doenças com servidores e também as ações de fiscalização não é um regramento claro para a sociedade, fica o desafio de promover ações nesse setor que tem diversas áreas com índices assustadores de servidores adoecidos e acidentados do trabalho, por exemplo, os trabalhadores da saúde, professores, sistema prisional, policias e outros, que, por conta da relação de trabalho como servidor, não recebe a mesma atenção e cobertura das ações do Estado.

Leonídio Ribeiro - Do ponto de vista institucional, com base nas diretrizes das associações que represento, em nível de Brasil, a OBESST e a ABRAPHISET, e em termos de América Latina, a AISOHMEX, o desafio para os próximos anos é desenvolver a SST baseada em valores, por meio de condutas de segurança integral e alinhar o programa de SST aos processos e estratégias organizacionais. Como enfoca a AISOHMEX, esses objetivos podem ser logrados por meio de uma associação entre os empregados, que são os atores principais e a gerência que motiva os empregados em todos os níveis a realizar observações de segurança e manter diálogos constantes e adequados para fortalecer o comprometimento, tanto do profissional de SST como a dos trabalhadores e, assim se ter como resultado uma cultura de segurança na qual, todos participam ativamente na criação e sustentação de um lugar de trabalho saudável, entre outras considerações.

Luiz Carlos de Miranda Jr. – No cenário atual, é inegável reconhecer as conquistas positivas neste campo. No entanto, uma reflexão crítica faz-se necessária, pois analisando retrospectivamente, voltando ao final da década de 70, quando as primeiras normas regulamentadoras foram implementadas no Brasil, é possível observar um impacto positivo na redução do número de acidentes até meados da década de 90. Porém, ao chegarmos ao final dos anos 90 e ao início deste século, e o país parece ter atingido um patamar de estagnação preocupante. Os aumento dos índices indicam uma paralisação nas políticas e práticas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no Brasil. O grande

desafio que se colocará aos profissionais da área nos próximos anos é de que será necessário compensar e reformular abordagens e estratégias. Se continuarmos fazendo as coisas da mesma maneira, é provável que os resultados permaneçam estagnados.

Raul Casanova – Destaco a transição do Sistema de Certificação e os impactos na produção nacional; fiscalização da qualidade do Equipamento de Segurança fornecido para o trabalhador; buscar a conscientização da necessidade de proteção de todos os trabalhadores; projeto de Exportação da Animaseg: BrazilianSafety; implantação dos conceitos ESG e sua certificação para nossos associados.

Remígio Todeschini - De imediato, o maior enfrentamento é que precisamos dar suporte de formação em SST frente às centenas de obras que ocorrerão com o novo PAC, representadas, em sua maioria, por grande obras de construção civil. O governo pretende ter um amplo programa de formação sobre o básico das NRs, que deverão ser observadas quanto à proteção dos trabalhadores no que concerne à essas obras, entre elas: NR-1 (Gerenciamento e Análise de Riscos); NR-4 (Cumprimento no dimensionamento técnico de SST), NR-5 (CIPA); NR-10 (Eletricidade); NR-12 (máquinas e equipamentos); NR-18 (Construção Civil); NR- 35 (trabalhos em altura), entre outras normas regulamentadoras.

Para quais temas técnicos acreditam que os profissionais de SST no Brasil deveriam voltar suas atenções nos dias atuais se quiserem obter um melhor desempenho profissional e contribuir efetivamente para as organizações?

Armando Henrique - Os profissionais de SST precisam pensar nos segmentos da economia que tem alto risco em suas atividades e precisam se aperfeiçoar. Temos mais de 40 segmentos de risco, basta olhar a NR-4. Sabemos que ninguém é bom em todos os segmentos, mas quando um profissional preventivo se especializa em determinado segmento, logo sai na frente, já que saberá como lidar melhor com os riscos pertinentes à esta área específica de atuação.

Arthur Motta – Devemos dar atenção para a saúde mental dos trabalhadores, e os custos de SST quando mal gerenciado, como os dos tipos SAT, FAE, FAP, acidentes, afastamentos, NTEP, entre outros.

Benvenuto Gonçalves - O aperfeiçoamento de estudos estatísticos com pleno conhecimento da constatação com métodos científicos da Eficácia de EPIs, conforme recomenda o PGR. E precisamos ter o domínio da elaboração de Projetos de EPC antes da recomendação mais simples dos EPIs.

Francisco Fernandes – Os profissionais devem prestar muita atenção ao tema dos riscos biológicos, que pode ser um assunto desafiador, principalmente para engenheiros e técnicos de segurança. Com a pandemia, houve um foco renovado nesta questão, e os cientistas alertam que poderemos enfrentar novas ondas de pandemias no futuro. Portanto, é crucial estar preparado para tais eventos. Outra questão importante é o elevado número de acidentes entre os profissionais de saúde, que enfrentam atualmente uma escassez significativa de pessoal. Também é essencial coletar dados sobre a saúde dos trabalhadores por meio de exames ocupacionais e históricos médicos. No entanto, é importante usar esses dados de forma ética e manter a confidencialidade. Salientamos ainda que os profissionais de saúde ocupacional devem ser proativos na gestão da saúde dos seus trabalhadores.

João Scaboli – Eu diria que tecnicamente os profissionais do SST, precisam voltar a atenção para a organização de trabalho e o processo produtivo, pois a forma como as atividades são planejadas, executadas e controladas para atingir um objetivo específico tem sido um dos principais fatores de afastamentos dos trabalhadores por LER/DORT, bem como os casos

de saúde mental e outros. Além disso, é importante destacar que seu melhor desempenho não depende só da sua capacidade técnica e ou *expertise*, mas, sim, de qual é a real política de saúde e segurança da empresa, é essa política de vai permitir a ele ter ou não uma boa desenvoltura, entre outras questões.

Leonídio Ribeiro - Estão relacionados aos novos riscos derivados de novas tecnologias, como da bateria de lítio e o seu carregamento nos carros elétricos, o ruído causado pela energia eólica que atinge o entorno das comunidades. Outras questões que envolvem a SST atualmente são o trabalho *home office*; a automação proporcionada por tecnologias como ML (*machine learning*) e IA (Inteligência Artificial), ambas tornam possível o desenvolvimento de soluções preventivas fornecendo dados aos operadores (riscos, perigos) e automatizando (prevenção). Investir na educação, em todos os seus níveis, em especial na SST, é o melhor caminho.

Luiz Carlos de Miranda Jr. – A conscientização sobre a necessidade de investir na prevenção de acidentes e na promoção da saúde é um passo essencial. As empresas devem considerar que os investimentos nesse campo não são simples gastos, mas sim investimentos que podem resultar em custos evitados no futuro. Um dos aspectos importantes a considerar é a formação dos profissionais envolvidos. Eles devem buscar conhecimento não apenas sobre as questões técnicas, mas também sobre os aspectos econômicos relacionados ao setor. Antes de recorrer a equipamentos de proteção individual, é imperativo explorar a posição da proteção coletiva do trabalhador, priorizando a prevenção como a primeira linha de defesa. Hoje, não há motivos para reclamações quanto à disponibilidade de EPIs/EPCs. Uma ampla variedade de dispositivos é acessível, e os custos desses equipamentos diminuiriam consideravelmente. No entanto, é crucial avançar na abordagem proativa para eliminar problemas relacionados à SST. Essa responsabilidade não recai apenas sobre os ombros dos profissionais da área. É uma responsabilidade que deve ser partilhada por todos, pois os cursos de formação devem incorporar uma visão holística no âmbito da SST.

Raul Casanova - Foco na prevenção e na ampliação dos conceitos de segurança no trabalho para toda a massa trabalhadora brasileira.

Remígio Todeschini – A gestão de riscos necessita de atualização constante, até porque estamos em evolução tecnológica contínua. Os manuais clássicos de SST não respondem a tudo. Por isso, é preciso dialogar mais com os trabalhadores que estão no local do trabalho e observar como estão realizando suas tarefas, se de forma saudável e segura. Os EPIs precisam ser revistos e ter mais conforto; devemos pesquisar incessantemente para soluções permanentes de proteção coletiva para conhecer resultados de pesquisa no Brasil e mundo nesse campo e atualizar-se. Vamos retomar na Fundacentro o Mestrado profissional nessa área de forma interdisciplinar. É importante propor novas soluções para tornar o trabalho sempre mais seguro.

Pensando na importância do desenvolvimento de habilidades específicas ou na necessidade de atualização contínua dos profissionais de SST, o que consideram que falta para uma melhor atuação desses profissionais?

Armando Henrique – Acho que a palavra nem é falta, mas entender que o estudo é uma necessidade constante. Os profissionais preventivistas precisam compreender que o que foi aprendido há uma década já não é mais a mesma coisa hoje. A SST é muito dinâmica. Também é preciso estar engajado com a área. A pessoa que escolhe a Segurança do Trabalho apenas para “ver como é” já começa errado, não está propício para tal ofício. É preciso ter em mente que SST é lidar com vidas, por isso é preciso engajamento e resiliência para lidar com a preservação dessas vidas, inclusive a do próprio profissional de SST.

Arthur Motta - Escolas devem preparar melhor os profissionais de SST mostrando sua importância para os avanços do setor. Devido a velocidade de mudanças

da tecnologia, as empresas devem treinar constantemente a sua liderança para a prática de novas formas de gerenciamento. Tem que se dar maior enfoque no ser humano e não somente na técnica. No meu entendimento deveríamos humanizar mais o SESMT, através do enfrentamento dos conflitos que todos nós estamos sujeitos. Treinar e desenvolver habilidades, saber ouvir o trabalhador estão entre os grandes avanços a serem feitos. Com isso, o nível de confiança cresce e a segurança psicológica se estabelece.

Benvenuto Gonçalves - Não só na técnica, mas é preciso que os profissionais se envolvam mais ainda nas recomendações de Gerenciamento de Riscos e, agora, com as premissas de Governança Corporativa e do tão propagado Risco Financeiro do Negócio, o ESG, envolvendo temas de Meio Ambiente, Responsabilidade Social e de Governança. Mais visibilidade e atuação efetiva sobre óbitos e doenças do trabalho para mitigar estes indicadores são fatores-chave e críticos de avaliação nos relatórios ESG, fazendo assim com que a Engenharia de Segurança do Trabalho seja cada vez mais estratégica.

Francisco Fernandes – A Anamt tem investido em programas de educação continuada para melhorar a atuação dos profissionais da área. Por meio do Anamt Virtual, lançado em 2020, oferecemos mais de 70 webinars sobre diversos assuntos, desde legislação até doenças psiquiátricas, ergonomia e doenças ocupacionais. Também temos 96 podcasts no Spotify com informações sobre diversos assuntos. A publicação da revista científica da associação é outra importante fonte de informação para profissionais da área médica e de outras áreas. Consideramos que a educação continuada é fundamental para que nossos profissionais estejam atualizados com as mudanças de legislação, novas metodologias e tecnologias. A atuação multidisciplinar é importante para que os profissionais preventivistas conversem entre si e realizem um trabalho adequado na SST como um todo.

João Scaboli - É necessária a aplicação do quadro de especialidades profissionais que compõe o SESMT, pois a metamorfose do mundo do trabalho nas últimas décadas tem mostrado o quanto uma equipe multidisciplinar é importante para avaliar os impactos do trabalho



na saúde. E como dito, a boa atuação desses profissionais não depende somente do seu saber técnico e sim do compromisso que o capital e o Estado tem em respeitar a SST como um direito humano fundamental, assim como criticamos e discordamos do cerceamento e limitação que governos fazem aos órgãos públicos que fiscalizam e também deveriam promover e prevenir. Fazemos as mesmas críticas e cobranças às empresas que têm, na contratação desses profissionais, simplesmente o cumprimento da LEI para não serem multadas.

Leonídio Ribeiro – Destaco que o profissional de SST deve possuir *expertise* também na gestão de mudanças, conforme especificado na NBR-18801/10, item 3.5.2. Isso implica em seguir a hierarquia de métodos de controle, priorizando engenharia, a proteção coletiva, administração, organização do trabalho, proteção individual e a sinalização. Embora não deva se envolver diretamente no controle operacional e avaliação de riscos, o profissional de SST deve estar atualizado nas técnicas relevantes. No entanto, muitos profissionais do setor carecem de conhecimento dos requisitos para contratar terceiros que ofereçam serviços de assessoria, consultoria ou mentoria em SST, resultando em falta de qualidade na contratação e prestação de serviços. Este tema tem gerado debates entre profissionais da área e entidades, como a Associação Paulista de Engenheiros de Segurança do Trabalho (APAEST). Considero que um dos principais desafios no Brasil é a educação em SST. Precisamos de cursos de qualidade para melhorar os padrões de trabalho, fortalecer a qualidade nas organizações e reduzir riscos ocupacionais. É essencial oferecer alternativas sólidas para a formação de

especialistas em SST, reavaliar os currículos com uma abordagem multiprofissional e diversificada, e envolver universidades e entidades especializadas para promover programas educativos que visem a segurança, saúde e produtividade no trabalho. O objetivo é proporcionar aos participantes melhores oportunidades de emprego e empreendedorismo, tanto nacional quanto internacionalmente.

Luiz Carlos de Miranda Jr. – Ênfase a importância de um tripé essencial composto por habilidades administrativas, conhecimento financeiro e competências nas relações humanas. Esse conjunto de habilidades se mostra crucial para a integração da segurança, saúde e higiene no cotidiano das organizações, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo. A primeira perna deste tripé é a visão administrativa, que vai além da gestão de programas relacionados à segurança, saúde e higiene. Ela abrange o funcionamento global da organização, garantindo que esses aspectos estejam incorporados de forma sinérgica à vida da empresa. A SST não pode ser um mero apêndice, mas sim estar integrada ao dia a dia da organização. O segundo elemento essencial é o conhecimento econômico e financeiro. Profissionais da área prevencionista devem se capacitar nessa área para demonstrar às organizações que investir em segurança não é apenas um custo, mas um investimento que pode trazer retornos significativos. É fundamental falar a linguagem financeira da empresa para obter apoio e recursos necessários para as atividades de segurança. A terceira perna deste tripé é a habilidade nas relações humanas. É crucial conhecer melhor as pessoas e estabelecer vínculos de confiança para alcançar resultados positivos.

Raul Casanova – Maior acesso ao conhecimento, através de cursos de formação e treinamento que tenham bases sólidas de conhecimento e não somente sejam emissores de certificados.

Remígio Todeschini - Continuem se atualizando. Estamos atuando para que a Fundacentro possa retomar seu papel de pesquisas e estudos em SST, ela precisa ter concurso imediato principalmente tendo novos pesquisadores e tecnologistas para darem todo esse suporte técnico ao mundo do trabalho.